



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA - MG

CNPJ: 18.677.591/0001-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000304/2025

PROCESSO Nº 000182/2025

O MUNICÍPIO DE EXTREMA, ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE ADMINISTRATIVA NA AV. DELEGADO WALDEMAR GOMES PINTO Nº 1.624, BAIRRO PONTE NOVA, EXTREMA - MG, DEVIDAMENTE INSCRITA NO C.N.P.J./MF, SOB O Nº 18.677.591/0001-00, NESTE ATO REPRESENTADO, NA FORMA DE SUA LEI ORGÂNICA, PELO ORDENADOR DE DESPESAS DO MUNICÍPIO, NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 4.812, ARTIGO 1º, 08 DE JANEIRO DE 2025, SR. EDMAR BRANDÃO LUCIANO CPF Nº 033.506.XXX-XX, A SEGUIR DENOMINADA SIMPLESMENTE ÓRGÃO GERENCIADOR, INSTITUI A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP), CONSIDERANDO A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000024/2024 DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, NA FORMA ELETRÔNICA, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA **GRUPO MULTI S.A.**, INSCRITA SOB O CNPJ Nº 59.717.553/0006-17, SITUADA À RUA JOSEPHA GOMES DE SOUZA, 382 - DISTRITO INDUSTRIAL DOS PIRES - EXTREMA - MG - CEP: 37642554, REPRESENTADA PELO SR.(A) EDWARD JAMES FEDER PORTADOR DO CPF Nº 875.198.XXX-XX E CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 3108XXXX, INDICADA E QUALIFICADA NESTA ATA, DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO POR ELA ALCANÇADA E NA QUANTIDADE (S) COTADA(S), ATENDENDO AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO, SUJEITANDO-SE AS PARTES ÀS NORMAS CONSTANTES NA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO N.º 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, E EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES A SEGUIR:

1. DO OBJETO

1.1. O OBJETO DA PRESENTE ATA É O REGISTRO DE PREÇOS, NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA, PARA A AQUISIÇÃO DE TABLET, CHROMEBOOK E CARRINHO DE RECARGA PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP.

1.2. DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS DISPOSIÇÕES DO EDITAL.

1.3. A DETENTORA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SE OBRIGARÁ AO ATENDIMENTO DE TODOS OS PEDIDOS EFETUADOS DURANTE A SUA VIGÊNCIA.

2. DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.1. ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SER ASSINADA POR REPRESENTANTE LEGAL, DIRETOR, OU SÓCIO DA EMPRESA, COM APRESENTAÇÃO, CONFORME O CASO E RESPECTIVAMENTE, DE PROCURAÇÃO OU CONTRATO SOCIAL, ACOMPANHADOS DE CÉDULA DE IDENTIDADE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

2.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TERÁ VALIDADE DE UM ANO, A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DE SEU EXTRATO, PODENDO SER PRORROGADA NA FORMA DO ART. 84 DA LEI N.º 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.

2.2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO TERÁ SEU EXTRATO PUBLICADO NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO E NO DIARIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS, ASSIM COMO A SUA ÍNTegra, APÓS ASSINADA E HOMOLOGADA E SERÁ DISPONIBILIZADA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP).

2.3. É VEDADO EFETUAR ACRÉSCIMOS NOS QUANTITATIVOS FIXADOS PELA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.4. SE DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FOR CONSTATADO QUE OS PREÇOS REGISTRADOS ESTÃO INFERIORES AOS DE MERCADO, CABERÁ À ADMINISTRAÇÃO CONVOCAR OS FORNECEDORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS REGISTRADOS PARA NEGOCIAR O NOVO VALOR.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO.

3.1. EXECUTAR O OBJETO CONTRATADO OBEDECENDO ÀS ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA.

3.2. A DETENTORA DA ATA DEVERÁ PRESTAR OS SERVIÇOS DE ACORDO COM O SOLICITADO NO TERMO DE REFERÊNCIA DA MELHOR FORMA A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA AMESP E DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

3.3. RESPONDER PELOS DANOS CAUSADOS DIRETAMENTE À ADMINISTRAÇÃO OU AINDA A TERCEIROS, DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO, NÃO EXCLUINDO OU REDUZINDO ESSA RESPONSABILIDADE A FISCALIZAÇÃO OU O ACOMPANHAMENTO FEITO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE.

3.4. MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELA ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

3.5. A NÃO EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ MOTIVO DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES PREVISTAS NESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, BEM COMO NAS SANÇÕES ELENCADAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DO PREGÃO, E AINDA CONFORME REGE A LEI N.º 14.133 DE 1 DE ABRIL DE 2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. AS DESPESAS DECORRENTES DA PRESENTE CONTRATAÇÃO CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS ESPECÍFICOS NO ORÇAMENTO (DOTAÇÃO):

00538-15400000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (02007002.1236100092.108.44905200000.15400000000)

5. CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS.

5.1. A DETENTORA PODERÁ SER CONVOCADA A FIRMAR AS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO DE PREÇOS NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS A CONTAR DA CONVOCAÇÃO EXPEDIDA PELO ÓRGÃO GERENCIADOR, PODENDO ESTE PRAZO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE OCORRA MOTIVO JUSTIFICADO E ACEITO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

5.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E OS CONTRATOS REGULAR-SE-ÃO, NO QUE CONCERNE À SUA EXECUÇÃO, ALTERAÇÃO, INEXECUÇÃO OU RESCISÃO, PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133/2021 OBSERVADAS SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, PELAS DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E PELOS PRECEITOS DO DIREITO PÚBLICO.

5.3. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E O CONTRATO PODERÃO, COM BASE NOS PRECEITOS DE DIREITO PÚBLICO, SEREM RESCINDIDOS PELO ÓRGÃO GERENCIADOR A TODO E QUALQUER TEMPO, INDEPENDENTEMENTE DE INTERPELAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, MEDIANTE SIMPLES AVISO, OBSERVADA A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

5.3. A DURAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO PREÇO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADA NA FORMA DO ARTIGO 84 DA LEI Nº 14.133/2021, SE FOR VANTAJOSO PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, PERMITIDA A NEGOCIAÇÃO COM A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO OU A EXTINÇÃO DESTA SEM ÔNUS PARA QUALQUER DAS PARTES.

5.4. OS CONTRATOS DECORRENTES DE LICITAÇÃO TERÃO SUA VIGÊNCIA CONFORME AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI Nº 14.133/2021.

5.5. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DURANTE SUA VIGÊNCIA, PODERÁ SER UTILIZADA POR QUALQUER ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE NÃO TENHA PARTICIPADO DO CERTAME LICITATÓRIO, MEDIANTE ANUÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR SENDO QUE, O QUANTITATIVO DECORRENTE DAS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NÃO PODERÁ EXCEDER, NA TOTALIDADE, AO DOBRO DO QUANTITATIVO DE CADA ITEM REGISTRADO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES, INDEPENDENTEMENTE DO NÚMERO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES QUE ADERIREM.

6. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

6.1. O VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R\$ 2.070.000,00 (DOIS MILHÕES SETENTA MIL REAIS).

6.1.2. O PREÇO REGISTRADO, AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, AS QUANTIDADES MÍNIMAS E MÁXIMAS DE CADA ITEM, FORNECEDOR(ES) E AS DEMAIS CONDIÇÕES OFERTADAS NA(S) PROPOSTA(S) SÃO AS QUE SEGUEM RELACIONADA NO ANEXO DESTA ATA.

6.2. DO PAGAMENTO.

6.2.1. OS PAGAMENTOS SERÃO EFETUADOS EM ATÉ 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS DA DATA DE LIBERAÇÃO DA NOTA FISCAL PELO SETOR DE RECEBIMENTO, DESDE QUE ATENDIDAS ÀS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEDIANTE ORDEM BANCÁRIA NA CONTA CORRENTE INDICADA PELA EMPRESA CONTRATADA.

6.2.2. A NOTA FISCAL OU FATURA DEVERÁ SER ENCAMINHADA À CADA ÓRGÃO PARTICIPANTE EM 03 (TRÊS) VIAS, A QUAL DEVERÁ SER APROVADA PELO SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO.

6.2.3. NA EVENTUALIDADE DA APLICAÇÃO DE MULTAS, ESTAS DEVERÃO SER LIQUIDADAS SIMULTANEAMENTE COM O PAGAMENTO DA PARCELA VINCULADA AO EVENTO CUJO DESCUMPRIMENTO DER ORIGEM À APLICAÇÃO DA PENALIDADE.

6.2.4. A DESPESA REFERENTE À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ EMPENHADA NA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

6.2.5. NO CASO DE ATRASO DE PAGAMENTO, DESDE QUE A CONTRATADA NÃO TENHA CONCORRIDO DE ALGUMA FORMA PARA TANTO, SERÃO DEVIDOS PELO ÓRGÃO PARTICIPANTE ENCARGOS MORATÓRIOS À TAXA NOMINAL DE 6% A.A. (SEIS POR CENTO AO ANO), CAPITALIZADOS DIARIAMENTE EM REGIME DE JUROS SIMPLES.

6.2.6. O VALOR DOS ENCARGOS SERÁ CALCULADO PELA FÓRMULA: $EM = I \times N \times VP$, ONDE: EM = ENCARGOS MORATÓRIOS DEVIDOS; N = NÚMEROS DE DIAS ENTRE A DATA PREVISTA PARA O PAGAMENTO E A DO EFETIVO PAGAMENTO; I = ÍNDICE DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA = 0,00016438; E VP = VALOR DA PRESTAÇÃO EM ATRASO.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

7.1. DO REAJUSTE DE PREÇOS.

7.1.1. OS PREÇOS SÃO FIXOS E IRREAJUSTÁVEIS NO PRAZO DE 01 (UM) ANO CONTADO DA DATA LIMITE PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS;

7.1.2. DENTRO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E MEDIANTE SOLICITAÇÃO DA DETENTORA, OS PREÇOS CONTRATADOS PODERÃO SOFRER REAJUSTE APÓS O INTERREGNO DE 1 (UM) ANO, APLICANDO-SE O ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO ESPECIAL - IPCA-E/IBGE, EXCLUSIVAMENTE PARA AS OBRIGAÇÕES INICIADAS E CONCLUÍDAS APÓS A OCORRÊNCIA DA ANUALIDADE;

7.1.3. NOS REAJUSTES SUBSEQUENTES AO PRIMEIRO, O INTERREGNO MÍNIMO DE 01 (UM) ANO SERÁ CONTADO A PARTIR DOS EFEITOS FINANCEIROS DO ÚLTIMO REAJUSTE;

7.1.4. NO CASO DE ATRASO OU NÃO DIVULGAÇÃO DO ÍNDICE DE REAJUSTAMENTO, A ADMINISTRAÇÃO PAGARÁ À DETENTORA A IMPORTÂNCIA CALCULADA PELA ÚLTIMA VARIAÇÃO CONHECIDA, LIQUIDANDO A DIFERENÇA CORRESPONDENTE TÃO LOGO SEJA DIVULGADO O ÍNDICE DEFINITIVO. FICA A DETENTORA OBRIGADA A APRESENTAR MEMÓRIA DE CÁLCULO REFERENTE AO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS DO VALOR REMANESCENTE, SEMPRE QUE ESTE OCORRER;

7.1.5. NAS AFERIÇÕES FINAIS, O ÍNDICE UTILIZADO PARA REAJUSTE SERÁ, OBRIGATORIAMENTE, O DEFINITIVO;

7.1.6. CASO O ÍNDICE ESTABELECIDO PARA REAJUSTAMENTO VENHA A SER EXTINTO OU DE QUALQUER FORMA NÃO POSSA MAIS SER UTILIZADO, SERÁ ADOTADO, EM SUBSTITUIÇÃO, O QUE VIER A SER DETERMINADO PELA LEGISLAÇÃO ENTÃO EM VIGOR;

7.2. NA HIPÓTESE DE SOBREVIREM FATOS IMPREVISÍVEIS OU PREVISÍVEIS, PORÉM DE CONSEQUÊNCIAS INCALCULÁVEIS, RETARDADORES OU IMPEDITIVOS DA EXECUÇÃO DO AJUSTADO, OU AINDA, EM CASO DE FORÇA MAIOR, CASO FORTUITO, OU FATO DO PRÍNCIPE, CONFIGURANDO ÁLEA ECONÔMICA EXTRAORDINÁRIA E EXTRA CONTRATUAL, A RELAÇÃO QUE AS PARTES PACTUARAM INICIALMENTE ENTRE OS ENCARGOS DA DETENTORA E A RETRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR PARA A JUSTA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PODERÁ SER REVISADA, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO INICIAL DO CONTRATO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

7.2.1. A REVISÃO DE PREÇOS SE TRADUZ EM **CONDIÇÃO EXCEPCIONAL** DE AJUSTE FINANCEIRO, ADMITIDA A QUALQUER TEMPO, PARA, REPONDO PERDAS EXCESSIVAS E IMPREVISTAS, RESTABELECER A RELAÇÃO ENTRE ENCARGOS DO CONTRATO E RETRIBUIÇÃO PELO ÓRGÃO PARTICIPANTE DE MODO A MANTER AS CONDIÇÕES ESSENCIAIS DE CONTINUIDADE DO VÍNCULO CONTRATUAL.

7.2.2. PARA AUTORIZAR A REVISÃO DE PREÇO, O DESEQUILÍBRIOS ECONÔMICO-FINANCEIRO OCORRIDO DEVERÁ SER RETARDADOR OU IMPEDITIVO DA EXECUÇÃO DO AJUSTADO, O QUE OCORRE QUANDO A RETRIBUIÇÃO PAGA NÃO É SUFICIENTE PARA SALTAR A TOTALIDADE DOS CUSTOS CONTRATUAIS EM VIRTUDE DE OCORRÊNCIA DE FATO EXCEPCIONAL.

7.3. QUAISQUER TRIBUTOS OU ENCARGOS LEGAIS CRIADOS, ALTERADOS OU EXTINTOS, BEM COMO A SUPERVENIÊNCIA DE DISPOSIÇÕES LEGAIS, QUANDO OCORRIDAS APÓS A DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, DE COMPROVADA REPERCUSSÃO NOS PREÇOS CONTRATADOS, IMPLICARÃO A REVISÃO DESTES PARA MAIS OU MENOS, CONFORME OCASO.

7.4. NA HIPÓTESE DA DETENTORA SOLICITAR ALTERAÇÃO DE PREÇO, A MESMA TERÁ QUE JUSTIFICAR O PEDIDO, ATRAVÉS DE PLANILHA DETALHADA DE CUSTOS, ACOMPANHADA DE DOCUMENTOS QUE COMPROVEM A PROCEDÊNCIA DO PEDIDO, TAIS COMO: LISTA DE PREÇOS DE FORNECEDORES, NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS, INSUMOS, ETC.

7.4.1. O PEDIDO DE REVISÃO DE PREÇOS OBRIGA O DETALHAMENTO E A AVALIAÇÃO DE TODOS OS PREÇOS DO CONTRATO, CONSTANTES DA RESPECTIVA PLANILHA DE CUSTOS, MEDIANTE PESQUISA E COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL PELA CONTRATADA, PODENDO IMPORTAR EM AUMENTO OU REDUÇÃO DO VALOR CONTRATADO, CONFORME AS CONSTATAÇÕES DE OSCILAÇÕES APURADAS.

7.4.2. NA HIPÓTESE DE SOLICITAÇÃO DE REVISÃO DE PREÇOS PELO ÓRGÃO GERENCIADOR, ESTA DEVERÁ COMPROVAR O DESEQUILÍBRIOS ECONÔMICO-FINANCEIRO, EM PREJUÍZO DA MUNICIPALIDADE.

7.5. FICA FACULTADA AO ÓRGÃO GERENCIADOR REALIZAR AMPLA PESQUISA DE MERCADO PARA SUBSIDIAR, EM CONJUNTO COM A ANÁLISE DOS REQUISITOS DOS ITENS ANTERIORES A DECISÃO QUANTO À REVISÃO DE PREÇOS SOLICITADA PELA DETENTORA.

7.6. A EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DA REVISÃO DE PREÇOS SERÁ CONCEDIDA APÓS A ANÁLISE TÉCNICA E JURÍDICA, PORÉM CONTEMPLARÁ OS SERVIÇOS EXECUTADOS A PARTIR DA DATA DO PROTOCOLO DO PEDIDO NO PROTOCOLO GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, SENDO LAVRADO TERMO ADITIVO.

7.6.1. ENQUANTO EVENTUAIS SOLICITAÇÕES DE REVISÃO DE PREÇOS ESTIVEREM SENDO ANALISADAS, A DETENTORA **NÃO PODERÁ SUSPENDER O FORNECIMENTO DO OBJETO** E OS PAGAMENTOS SERÃO REALIZADOS AOS PREÇOS VIGENTES.

7.6.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR DEVERÁ, QUANDO AUTORIZADA À REVISÃO DOS PREÇOS, LAVRAR O TERMO ADITIVO COM OS PREÇOS REVISADOS E POSSIBILITAR AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS EMITIREM AS NOTAS DE EMPENHO COMPLEMENTAR INCLUSIVE PARA COBERTURA DAS DIFERENÇAS DEVIDAS, SEM JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, EM RELAÇÃO AOS PRODUTOS FORNECIDOS APÓS O PROTOCOLO DO PEDIDO DE REVISÃO.

7.7. O NOVO PREÇO SÓ TERÁ VALIDADE APÓS PARECER DA AUTORIDADE COMPETENTE E, PARA EFEITO DE PAGAMENTO DO SERVIÇO POR VENTURA EXECUTADO ENTRE A DATA DO PEDIDO DE ADEQUAÇÃO, RETROAGIRÁ À DATA DO PEDIDO DE ADEQUAÇÃO FORMULADO PELA DETENTORA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

7.8. O DIFERENCIAL DE PREÇO ENTRE A PROPOSTA INICIAL DA DETENTORA E A PESQUISA DE MERCADO EFETUADA PELO ÓRGÃO GERENCIADOR NA OCASIÃO DA ABERTURA DO CERTAME BEM COMO EVENTUAIS DESCONTOS CONCEDIDOS PELA DETENTORA, SERÃO SEMPRE MANTIDOS.

7.9. DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, BEM COMO DO CONTRATO, O PREÇO REGISTRADO NÃO PODERÁ FICAR ACIMA DOS PRATICADOS NO MERCADO. POR CONSEQUENTE, INDEPENDENTEMENTE DE CONVOCAÇÃO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR NO CASO DE REDUÇÃO, AINDA QUE TEMPORÁRIA, DOS PREÇOS DE MERCADO, A CONTRATADA OBRIGA-SE A COMUNICAR À UNIDADE O NOVO PREÇO QUE SUBSTITUIRÁ O ENTÃO REGISTRADO.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

8.1. AS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETOS CONSTANTES DO REGISTRO DE PREÇOS, A SEREM FIRMADAS ENTRE O ÓRGÃO PARTICIPANTE E A DETENTORA PODERÃO SER FORMALIZADAS ATRAVÉS DE CONTRATO, OBSERVANDO-SE AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL, SEUS ANEXOS E NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

8.2. NA HIPÓTESE DA **DETENTORA** PRIMEIRA CLASSIFICADA TER SEU REGISTRO REVOGADO, NÃO ASSINAR, NÃO ACEITAR OU NÃO RETIRAR O CONTRATO NO PRAZO E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS, PODERÃO SER CONVOCADOS OS FORNECEDORES REMANESCENTES, NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA FAZÊ-LO EM IGUAL PRAZO E PREFERENCIALMENTE NAS MESMAS CONDIÇÕES PROPOSTAS PELO PRIMEIRO CLASSIFICADO, INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO.

8.3. OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NO EDITAL, O ÓRGÃO GERENCIADOR PODERÁ SOLICITAR A MAIS DE UM FORNECEDOR REGISTRADO, SEGUNDO A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, DESDE QUE RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO JUSTIFIQUEM E QUE O PRIMEIRO CLASSIFICADO NÃO POSSUA CAPACIDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS BENS COMPATÍVEL COM AS SOLICITADAS, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL E O PREÇO REGISTRADO.

8.4. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ SOFRER ALTERAÇÕES, OBEDECIDAS AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI N.º 14.133 DE 1 DE ABRIL DE 2021, SENDO VEDADOS OS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.

8.5. O OBJETO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVE SER EXECUTADO DIRETAMENTE PELA DETENTORA, NÃO PODENDO SER SUB-EMPREITADO, CEDIDO OU SUB-LOCADO, EXCETO AQUILO QUE NÃO SE INCLUA EM SUA ESPECIALIZAÇÃO, O QUE DEPENDERÁ DE PRÉVIA ANUÊNCIA DA PREFEITURA CONSORCIADA, SEM PREJUÍZO DA RESPONSABILIDADE DA DETENTORA PELO ÔNUS E PERFEIÇÃO TÉCNICA DO MESMO.

8.6. A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ CONFORME DEMANDA, DE ACORDO COM A NECESSIDADE, DO ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.1. CUMPRIR TODOS OS COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS COM A FORNECEDORA/DETENTORA DESDE QUE NÃO HAJA IMPEDIMENTO LEGAL PARA O FATO;

9.2. FIRMAR OS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DIRETAMENTE COM A EMPRESA DETENTORA.

9.3. EFETUAR OS PAGAMENTOS DEVIDOS, NA FORMA E CONDIÇÕES ORA ESTIPULADAS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

- 9.4. PRESTAR TODOS OS ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS PARA O FORNECIMENTO DO OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO.
- 9.5. ZELAR PELA BOA QUALIDADE DO OBJETO RECEBIDO, RECEBER, APURAR E SOLUCIONAR QUEIXAS E RECLAMAÇÕES, QUANDO FOR O CASO.
- 9.6. INDICAR FUNCIONÁRIO PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO.
- 9.7. ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, NOS TERMOS DA LEI N.º 14.133, DE 1 DE ABRIL DE 2021.
- 9.8. NOTIFICAR, FORMAL E TEMPESTIVAMENTE A FORNECEDORA/DETENTORA SOBRE AS IRREGULARIDADES OBSERVADAS NO CUMPRIMENTO DESTA ATA.
- 9.9. NOTIFICAR A FORNECEDORA/DETENTORA POR ESCRITO E COM ANTECEDÊNCIA, SOBRE MULTAS, PENALIDADES E QUAISQUER DÉBITOS DE SUA RESPONSABILIDADE.
- 9.10. APLICAR AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRATUAIS PERTINENTES, EM CASO DE INADIMPLEMENTO.
- 9.11. PRESTAR À CONTRATADA TODOS OS ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
- 9.12. ARCAR COM AS DESPESAS DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
- 9.13. EMITIR REQUISIÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA.

- 10.1. MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS.
- 10.2. EXECUTAR COM PONTUALIDADE O OBJETO SOLICITADO CONFORME SOLICITAÇÃO/REQUISIÇÃO EMITIDA PELO MUNICÍPIO, DEVIDAMENTE ASSINADA POR SERVIDOR COMPETENTE PARA TAL;
- 10.3. INDICAR PREPOSTO, ACEITO PELO ÓRGÃO PARTICIPANTE, PARA REPRESENTÁ-LO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO.
- 10.4. COMUNICAR IMEDIATAMENTE E POR ESCRITO À ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA FISCALIZAÇÃO, QUALQUER ANORMALIDADE VERIFICADA, PARA QUE SEJAM ADOTADAS AS PROVIDÊNCIAS DE REGULARIZAÇÃO NECESSÁRIAS; ATENDER COM PRONTIDÃO ÀS RECLAMAÇÕES POR PARTE DO RECEBEDOR DO OBJETO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- 10.5. REPARAR, CORRIGIR, REMOVER, RECONSTRUIR OU SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, NO TOTAL OU EM PARTE, O OBJETO DO CONTRATO EM QUE SE VERIFICAREM VÍCIOS, DEFEITOS OU INCORREÇÕES RESULTANTES DA EXECUÇÃO OU DE MATERIAIS EMPREGADOS.
- 10.6. RESSARCIR OS DANOS CAUSADOS DIRETAMENTE À ADMINISTRAÇÃO OU A TERCEIROS, DECORRENTES DE SUA CULPA OU DOLO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, NÃO EXCLUINDO OU REDUZINDO ESSA RESPONSABILIDADE A FISCALIZAÇÃO OU O ACOMPANHAMENTO PELO CONTRATANTE.
- 10.7. PAGAR TODAS AS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, COMERCIAIS E TRABALHISTAS DECORRENTES DAS ATIVIDADES ENVOLVIDAS NO ESCOPO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS; NÃO PODERÁ CEDER OU TRANSFERIR A TERCEIROS, OS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DESTE CONTRATO, SEM A PRÉVIA E EXPRESSA CONCORDÂNCIA DO CONTRATANTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

- 10.8. MANTER TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA PRESENTE LICITAÇÃO.
- 10.9. COMUNICAR AO MUNICÍPIO MODIFICAÇÃO EM SEU ENDEREÇO OU INFORMAÇÕES DE CONTATO, SOB PENA DE SE CONSIDERAR PERFEITA A NOTIFICAÇÃO REALIZADA NO ENDEREÇO CONSTANTE NESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO TERMO CONTRATUAL.

- 11.1. DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO SER FORMALIZADOS CONTRATOS CONFORME MINUTA CONSTANTE NO ANEXO III DO EDITAL.
- 11.2. A RECUSA DA DETENTORA EM RETIRAR A NOTA DE EMPENHO OU ASSINAR O CONTRATO CARACTERIZA DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES, PODENDO-LHE ACARRETAR AS SANÇÕES PREVISTAS.
- 11.3. NO CASO PREVISTO NO SUBITEM ANTERIOR, A CRITÉRIO DO ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, PODERÁ SER CELEBRADO CONTRATO COM AS REMANESCENTES, OBEDECIDA À ORDEM CLASSIFICATÓRIA E PREFERENCIALMENTE AS MESMAS CONDIÇÕES OFERECIDAS PELA DETENTORA, INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO.
- 11.4. O EVENTUAL CONTRATO RESULTANTE DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ SER ALTERADO NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 12.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO PODERÁ SER RESCINDIDA DE PLENO DIREITO PELA ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTEMENTE DE INTERPELAÇÃO JUDICIAL, PRECEDIDO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO COM AMPLA DEFESA, QUANDO:
 - 12.1.1. A DETENTORA NÃO CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES CONSTANTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
 - 12.1.2. A DETENTORA NÃO FORMALIZAR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE OU NÃO RETIRAR O INSTRUMENTO EQUIVALENTE NO PRAZO ESTABELECIDO, SEM JUSTIFICATIVA ACEITA PELA ADMINISTRAÇÃO.
 - 12.1.3. A DETENTORA DER CAUSA A RESCISÃO ADMINISTRATIVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
 - 12.1.4. EM QUALQUER DAS HIPÓTESES DE INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
 - 12.1.5. NÃO ACEITAR REDUZIR SEU VALOR REGISTRADO, NA HIPÓTESE DE ESTE SE TORNAR SUPERIOR AQUELE PRATICADO NO MERCADO.
 - 12.1.6. POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO, DEVIDAMENTE JUSTIFICADO PELA ADMINISTRAÇÃO.
 - 12.1.7 NO CASO DE FALÊNCIA OU INSTAURAÇÃO DE INSOLVÊNCIA E DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE DA EMPRESA DETENTORA.
 - 12.1.8. CASO OCORRA TRANSFERÊNCIA A TERCEIROS, AINDA QUE EM PARTE, DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA EMPRESA DETENTORA.
- 12.2. PELA DETENTORA QUANDO:
 - 12.2.1. MEDIANTE SOLICITAÇÃO ESCRITA, COMPROVAR A OCORRÊNCIA DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

12.3. A SOLICITAÇÃO DA DETENTORA PARA CANCELAMENTO DO VALOR REGISTRADO DEVERÁ OCORRER ANTES DA EMISSÃO DO PEDIDO DE ENTREGA DO OBJETO PELO MUNICÍPIO. A INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS NA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENSEJA A RESCISÃO DO OBJETO, UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO, OU BILATERALMENTE, COM AS CONSEQUÊNCIAS CONTRATUAIS E AS PREVISTAS EM LEI OU NO ATO CONVOCATÓRIO, MEDIANTE FORMALIZAÇÃO E ASSEGURADOS O CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, COM FUNDAMENTO NA LEI N.º 14.133 DE 1 DE ABRIL DE 2021, CONTUDO, SEMPRE ATENDIDA A CONVENIÊNCIA ADMINISTRATIVA.

12.4. PODERÁ AINDA SER RESCINDIDO POR MÚTUO CONSENTIMENTO, OU UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO, A QUALQUER TEMPO, MEDIANTE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DE 30 (TRINTA) DIAS À CONTRATADA, POR MOTIVO DE INTERESSE PÚBLICO E DEMAIS HIPÓTESES PREVISTAS NA LEI N.º 14.133 DE 1 DE ABRIL DE 2021, OU AINDA, JUDICIALMENTE, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE. DA RESCISÃO PROCEDIDA COM BASE NESTA CLÁUSULA NÃO INCIDIRÁ MULTA OU INDENIZAÇÃO DE QUALQUER NATUREZA.

12.5 A COMUNICAÇÃO DO CANCELAMENTO DO VALOR REGISTRADO, NOS CASOS PREVISTOS EM LEI, SERÁ FEITA POR CORRESPONDÊNCIA COM AVISO DE RECEBIMENTO, JUNTANDO-SE O COMPROVANTE AOS AUTOS QUE DERAM ORIGEM AO REGISTRO DE PREÇOS.

12.6 NO CASO DE SER IGNORADO, INCERTO OU INACESSÍVEL O ENDEREÇO DA DETENTORA, A COMUNICAÇÃO SERÁ FEITA POR PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL, POR 01 (UMA) VEZ, CONSIDERANDO- SE CANCELADO O PREÇO REGISTRADO A PARTIR DA ÚLTIMA PUBLICAÇÃO.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE.

13.1. PODERÃO UTILIZAR-SE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUALQUER ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO QUE NÃO TENHA PARTICIPADO DO CERTAME, MEDIANTE PRÉVIA CONSULTA AO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA E ANUÊNCIA DA EMPRESA BENEFICIÁRIA, DESDE QUE DEVIDAMENTE COMPROVADA A VANTAGEM E RESPEITADAS, NO QUE COUBER, AS REGRAS CONTIDAS NA LEI N.º 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.

13.2. OS ÓRGÃOS QUE NÃO PARTICIPARAM DO CERTAME, QUANDO DESEJAREM FAZER USO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DEVERÃO CONSULTAR O ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE ADESÃO.

13.3. PODERÁ O BENEFICIÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES NELA ESTABELECIDAS, OPTAR PELA ACEITAÇÃO OU NÃO DO FORNECIMENTO DECORRENTE DE ADESÃO, DESDE QUE NÃO PREJUDIQUE AS OBRIGAÇÕES PRESENTES E FUTURAS DECORRENTES DA ATA, ASSUMIDAS COM O ÓRGÃO GERENCIADOR.

13.4. AS AQUISIÇÕES OU CONTRATAÇÕES ADICIONAIS, NÃO PODERÃO EXCEDER, POR ÓRGÃO, A 50% (CINQUENTA POR CENTO) DOS QUANTITATIVOS DOS ITENS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E REGISTRADOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR.

13.5. O QUANTITATIVO DECORRENTE DAS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NÃO PODERÁ EXCEDER, NA TOTALIDADE, AO DOBRO DO QUANTITATIVO DO VALOR DO REGISTRO DE PREÇOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR, INDEPENDENTEMENTE DO NÚMERO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES QUE ADERIREM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

13.6. APÓS A AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR, O ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE DEVERÁ EFETIVAR A CONTRATAÇÃO SOLICITADA EM ATÉ 90 (NOVENTA) DIAS, OBSERVADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

13.7. COMPETE AO ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE OS ATOS RELATIVOS À COBRANÇA DO CUMPRIMENTO PELO FORNECEDOR DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUALMENTE ASSUMIDAS E A APLICAÇÃO, OBSERVADA A AMPLA DEFESA E O CONTRADITÓRIO, DE EVENTUAIS PENALIDADES DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, EM RELAÇÃO ÀS SUAS PRÓPRIAS CONTRATAÇÕES, INFORMANDO AS OCORRÊNCIAS AO ÓRGÃO GERENCIADOR.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. COMETE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA, NOS TERMOS DA LEI, O LICITANTE QUE, COM DOLO OU CULPA:

14.1.1 DEIXAR DE ENTREGAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O CERTAME OU NÃO ENTREGAR QUALQUER DOCUMENTO QUE TENHA SIDO SOLICITADO PELO/A PREGOEIRO/A DURANTE O CERTAME;
14.1.2 SALVO EM DECORRÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO, NÃO MANTIVER A PROPOSTA EM ESPECIAL QUANDO:

- A) NÃO ENVIAR A PROPOSTA ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO OU APÓS A NEGOCIAÇÃO;
- B) RECUSAR-SE A ENVIAR O DETALHAMENTO DA PROPOSTA QUANDO EXIGÍVEL;
- C) PEDIR PARA SER DESCLASSIFICADO QUANDO ENCERRADA A ETAPA COMPETITIVA; OU
- D) DEIXAR DE APRESENTAR AMOSTRA;
- E) APRESENTAR PROPOSTA OU AMOSTRA EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL;

14.1.3 NÃO CELEBRAR O CONTRATO OU NÃO ENTREGAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA A CONTRATAÇÃO, QUANDO CONVOCADO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DE SUA PROPOSTA;

14.1.3.1 RECUSAR-SE, SEM JUSTIFICATIVA, A ASSINAR O CONTRATO OU A ATA DE REGISTRO DE PREÇO, OU A ACEITAR OU RETIRAR O INSTRUMENTO EQUIVALENTE NO PRAZO ESTABELECIDO PELA ADMINISTRAÇÃO;

14.1.4 APRESENTAR DECLARAÇÃO OU DOCUMENTAÇÃO Falsa EXIGIDA PARA O CERTAME OU PRESTAR DECLARAÇÃO Falsa DURANTE A LICITAÇÃO.

14.1.5 FRAUDAR A LICITAÇÃO.

14.1.6 COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNEO OU COMETER FRAUDE DE QUALQUER NATUREZA, EM ESPECIAL QUANDO:

- A) AGIR EM CONLUIO OU EM DESCONFORMIDADE COM A LEI;
- B) INDUZIR DELIBERADAMENTE A ERRO NO JULGAMENTO;
- C) APRESENTAR AMOSTRA FALSIFICADA OU DETERIORADA;
- D) PRATICAR ATOS ILÍCITOS COM VISTAS A FRUSTRAR OS OBJETIVOS DA LICITAÇÃO;
- E) PRATICAR ATO LESIVO PREVISTO NO ART. 5º DA LEI N.º 12.846, DE 2013;

14.2. COM FULCRO NA LEI N.º 14.133, DE 2021, A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APlicar AOS LICITANTES E/OU ADJUDICATÁRIOS AS SEGUINtes SANÇÕES, SEM PREJUÍZO DAS RESPONSABILIDADES CIVIL E CRIMINAL:

- A) ADVERTÊNCIA;
- B) MULTA;



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

C) IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, E;

D) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR, ENQUANTO PERDURAREM OS MOTIVOS DETERMINANTES DA PUNIÇÃO OU ATÉ QUE SEJA PROMOVIDA SUA REABILITAÇÃO PERANTE A PRÓPRIA AUTORIDADE QUE APLICOU A PENALIDADE.

14.3. NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES SERÃO CONSIDERADOS:

A) A NATUREZA E A GRAVIDADE DA INFRAÇÃO COMETIDA;

B) AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO;

C) AS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES OU ATENUANTES;

D) OS DANOS QUE DELA PROVIEREM PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

E) A IMPLANTAÇÃO OU O APERFEIÇOAMENTO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE, CONFORME NORMAS E ORIENTAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.

14.4 A MULTA SERÁ RECOLHIDA EM PERCENTUAL DE 0,5% A 30% INCIDENTE SOBRE O VALOR DO CONTRATO LICITADO, RECOLHIDA NO PRAZO MÁXIMO DE 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DA COMUNICAÇÃO OFICIAL.

14.4.1 PARA AS INFRAÇÕES PREVISTAS NOS ITENS 14.1.1, 14.1.2 E 14.1.3, A MULTA SERÁ DE 0,5% A 15% DO VALOR DO CONTRATO LICITADO.

14.4.2 PARA AS INFRAÇÕES PREVISTAS NOS ITENS 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, A MULTA SERÁ DE 15% A 30% DO VALOR DO CONTRATO LICITADO.

14.5 AS SANÇÕES DE ADVERTÊNCIA, IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR PODERÃO SER APLICADAS, CUMULATIVAMENTE OU NÃO, À PENALIDADE DE MULTA.

14.6 NA APLICAÇÃO DA SANÇÃO DE MULTA SERÁ FACULTADA A DEFESA DO INTERESSADO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS, CONTADO DA DATA DE SUA INTIMAÇÃO.

14.7 EM QUALQUER HIPÓTESE DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES SERÁ ASSEGURADO À FORNECEDORA O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA.

14.8 O FORNECEDOR ACEITA RECEBER CITAÇÕES E INTIMAÇÕES REFERENTES A PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NO E-MAIL INFORMADO NO SISTEMA, DEVENDO QUALQUER MODIFICAÇÃO NO E-MAIL SER COMUNICADA COM ANTECEDÊNCIA, SOB PENA DE SE REPUTAREM VÁLIDAS AS INTIMAÇÕES ENVIADAS, INICIANDO-SE A CONTAGEM DO PRAZO DEPOIS DE CINCO DIAS CORRIDOS DO ENCAMINHAMENTO DO E-MAIL.

15. DO FORO

15.1. FICA ELEITO O FORO DA COMARCA DE BELO HORIZONTE, DO ESTADO DE MINAS GERAIS, PARA DIRIMIR EVENTUAIS CONFLITOS DE INTERESSES DECORRENTES DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, VALENDO ESTA CLÁUSULA COMO RENÚNCIA EXPRESSA A QUALQUER OUTRO FORO, POR MAIS PRIVILEGIADO QUE SEJA OU VENHA A SER.

15.2. POR ESTAREM JUSTAS E ACERTADAS, FIRMAM OS PARTÍCIPES O PRESENTE INSTRUMENTO, EM MEIO ELETRÔNICO, POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES DE MINAS GERAIS.

EXTREMA, 21 DE JULHO DE 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

EDMAR BRANDÃO LUCIANO
ORDENADOR DE DESPESAS
DECRETO Nº 4.812 DE 08 DE JANEIRO DE 2025

GRUPO MULTI S.A
CONTRATADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 000304/2025
PROCESSO N.º 000182/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 - Bairro Ponte Nova - Praça dos Três Poderes
Paço Municipal "Benedito José de Toledo Filho - Jamanta" - Extrema - CEP 37640-000 - Minas Gerais
Fone: (35) 3435-4635/4504/4307

Anexo Itens

Item	Lote	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total
000001		00099493 - CHROMEBOOK TIPO 2 - chromebook tipo 2: tela 11,6" 2 em 1 (360° touch) – hd led 1366x768 – proc. dual-core 1,1 ghz 4 mb cache – 4 gb ram ddr4l 2400 mhz – 32 gb armaz. – ceu + dashboard (garantia 36 meses) com certificado militar mil-std 810. modelo/ marca: m11hc – pc915+ licença ceu e dasboard.	MULTILASER M11HC	UN	1.150,0000	1.800,000 0	2.070.000,00